

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026

PROCESSO: 6210.2026/0002773-0

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS EM DERMATOPATOLOGIA PROVENIENTES DE BIÓPSIAS DE PELE AMBULATORIAL E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM DERMATOLOGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 14/07/2026 às 09h00
(Horário de Brasília)**

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo

- 1** Embasamento Legal;
- 2** Objeto;
- 3** Condições de participação;
- 4** Acesso às informações;
- 5** Impugnação do Edital
- 6** Apresentação da Proposta de Preços;
- 7** Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
- 8** Etapa de Lances;
- 9** Modo de disputa aberto;
- 10** Julgamento;
- 11** Habilitação;
- 12** Fase Recursal;
- 13** Adjudicação e Homologação;
- 14** Preço, reajuste e dotação;
- 15** Condições do ajuste;
- 16** Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 17** Condições de recebimento e pagamento;
- 18** Das Penalidades;
- 19** Disposições Finais.

II ANEXOS

ANEXO I: Minuta do Contrato

ANEXO II: Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço

ANEXO III: Modelo de Proposta de Preços

- ANEXO IV:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo
- ANEXO V:** Modelo de Declarações
- ANEXO VI:** Critérios para Análise Econômico-Financeira
- ANEXO VII:** Modelo de Declaração de Vistoria Técnica
- ANEXO VIII:** Modelo de Declaração de Conhecimento Pleno das Condições para Prestação dos Serviços



PREÂMBULO

O Hospital do Servidor Público Municipal, situado na Rua Castro Alves, 60, Aclimação, São Paulo, Capital, CEP 01532-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço, objetivando a prestação de serviços descrito (s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) - UASG nº **925102**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09h00 do dia 14/07/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/> – Hospital do Servidor Público Municipal – HSPM, conforme IN 3 SEGES/2023.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS EM DERMATOPATOLOGIA PROVENIENTES DE BIOPSIAS DE PELE AMBULATORIAL E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM DERMATOLOGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.**

2.2. VISTORIA TÉCNICA

- 2.2.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
 - 2.2.2.** A vistoria prévia será realizada de 2ª a 6ª feira, no horário das 7:00 h às 16:00 h
 - 2.2.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
 - 2.2.4.** Caso o licitante não realize a vistoria deverá atestar, através de declaração firmada (modelo anexo ao edital) pelo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades de contratação, sob pena de inabilitação.
 - 2.2.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 2.3.** Deverão ser observadas as especificações e condições do serviço constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:



a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

- b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c) **não** estejam sob processo de falência;
- d) **não** estejam constituídas em forma de consórcio;
- e) **não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- f) **não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;
- g) **não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

g2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

g4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

h) Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem a todas as exigências deste edital.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos



artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico hspmcjl@hspm.sp.gov.br.

4.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, hspmcjl@hspm.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2 Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação (ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.



5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do serviço e o preço, com o **MENOR PREÇO**, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.1.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

6.1.3 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.1.4 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.5 Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete.

6.1.5.1 Os preços unitários deverão possuir até 04 (quatro) casas decimais e o preço total 02 (duas) casas decimais.

6.1.6 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

6.1.7 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 10.1. deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

6.1.8 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicado no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3 Serão desclassificadas as propostas:



a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8 ETAPA DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

8.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

8.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015



(COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

8.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

8.11 Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

8.12 Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

8.14 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado.

8.15 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 MODO DE DISPUTA ABERTO

9.1 No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

9.1.1 A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

9.1.2 Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.1.3 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

10 JULGAMENTO

10.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO, GLOBAL ANUAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

10.3 É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.



10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

10.5 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.

10.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.7 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro (a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.

10.8 O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.9 Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

10.10 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

10.11 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.12 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11 HABILITAÇÃO

11.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.

11.2.1 Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

11.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a



licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.

g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.



- a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, sendo que, no caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos aqui exigidos limitar-se-ão ao último exercício.
 - b.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
 - b.2) Serão considerados o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
 - b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
 - b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, através de Cópia, Registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;
 - b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.
 - b.3) Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no Anexo VI deste Edital.
 - b.3.1) Caso a empresa não tiver alcançado os índices acima, alternativamente para a habilitação da capacidade econômica financeira, a comprovação de patrimônio líquido não inferior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, conforme proposta ofertada pela empresa, desde que comprovado no Balanço Patrimonial, de acordo com § 4º Art. 69 da Lei 14.133/2021.

11.5.4 Qualificação técnica:

- a) O Termo de Referência disporá sobre os documentos necessários para qualificação técnica, quando o caso.

11.5.5 Outros Documentos:



a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

11.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante nos **ANEXOS IV, V, VII e VIII** do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do signatário.

11.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.4.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.6.4.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

11.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.



11.6.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.6.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.6.8 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- f) Relação de apenados do tce/sp, disponível no endereço eletrônico <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>;
- g) Cadastro integrado de condenações por ilícitos administrativos - cadicon, do tribunal de contas da união, disponível no endereço eletrônico <https://www.portal.tcu.gov.br/responsabilizaopublica/licitantes-inidoneos>.

11.6.8.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.7 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.7.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.7.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.7.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.7.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.



11.7.4 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.7.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12 FASE RECURSAL

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

12.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 PREÇO, REAJUSTE E DOTAÇÃO

14.1 O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

14.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e



completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

14.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.3.1. Após o interregno de um ano (vinculada à data do orçamento estimado pelo órgão licitante), e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal n.º 64.775/2025, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 14.3.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.3.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.3.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.3.8. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF n.º 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

14.3.9. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

14.4 Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação n.º 02.00.02.10.10.302.4016.2.507.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

15 CONDIÇÕES DO AJUSTE

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital.

15.2. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

15.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal n.º 14.094/2005 e Decreto n.º 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.



15.2.2 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

15.2.3 Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

15.3 O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.

15.3.1 O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3.2 O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

15.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

15.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

15.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – Hospital do Servidor Público Municipal (UASG 925102).

15.4.3 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.5.SUBCONTRATAÇÃO

15.5.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto licitado, justificando-se em razão da necessidade de especialização técnica direta da Contratada com experiência em dermatopatologia comprovada conforme item 5.1.1 deste Termo de Referência.

16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

16.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo II deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.1.2 O prazo de execução do contrato terá duração de **12 meses**, contados da data de início da execução, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133,



de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo I deste Edital.

16.1.3 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

16.1.4 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.1.5 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.1.6 Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.2 A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

16.3 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

17.2 Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal n.º 62.100, de 27 de dezembro de 2022, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal n.º 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal n.º 62.100/22.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do HSPM;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

18.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar



documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

18.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

18.4.1 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do serviço e do fornecimento do insumo, não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

18.4.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço e do fornecimento do insumo, entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

18.4.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

18.4.4 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

18.4.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

18.4.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

18.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência, e protocolizado nos dias úteis, das 09 às 17 horas.

18.6.1 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a HSPM não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21

19.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.12.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

19.12.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

19.12.3. O contratado apresentará à Contratante documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

19.12.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente



público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o *terceiro grau*.

19.13 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

19.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.16 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.17 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.18 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.19 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

19.20 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.21 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 09 de Junho de 2026

Mirna Barbosa Pedroso de Toledo
HSPM



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026**PROCESSO : 6210.2026/0002773-0****TIPO : MENOR PREÇO****ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****TERMO DE CONTRATO Nº ____/2026.****PROCESSO: 6210.2026/0002773-0****PREGÃO ELETRONICO Nº ____/2026**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS EM DERMATOPATOLOGIA PROVENIENTES DE BIOPSIAS DE PELE AMBULATORIAL E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM DERMATOLOGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATANTE: HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**CONTRATADA:****VALOR DO CONTRATO:****DOTAÇÃO A SER ONERADA:****NOTA DE EMPENHO:**

Termo de Contrato que entre si celebram o
**HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO
MUNICIPAL**, e a empresa.....

O **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**, neste ato representada pela Superintendente,, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho sob SEI _____, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1 O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS EM DERMATOPATOLOGIA PROVENIENTES DE BIOPSIAS DE PELE AMBULATORIAL E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM DERMATOLOGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS.**

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante do edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços será executada nas dependências da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, de/...../20.....(inclusive) a/...../20.....podendo ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa de preços prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

3.1.1 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100/22, o ajuste **poderá** prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4 Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PREÇOS, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e REAJUSTE

4.1 O valor total estimado da presente contratação para o período de **12 (doze)** é de R\$ _____ (_____), correspondendo à remuneração do seguinte item:

Item	Objeto	Unidade	Qtidade	Valor Unitário
1	Dermatopatologia (biopsia e peça cirúrgica) Biopsia simples de pele e mucosa, punch de pele, fragmento de unha, leito ungueal	Exame	2.880	R\$
2	Imunofluorescência em dermatopatologia	Exame	24	R\$
3	Revisão de lâmina de pele (caso Externo)	Exame	12	R\$

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

4.3 Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº ____/2026, no valor de R\$(.....), onerando a dotação orçamentária nº do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4 Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.



4.4.1 O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal n.º 57.580/17.

4.4.1.1 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.4.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2 Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF n.º 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

b) Garantir total qualidade dos serviços contratados;

c) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO II do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;

f) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

g) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

h) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;



i) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2 A A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE fiscalizará todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo II do Edital, cabendo-lhe especialmente:

a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

i) Indicar e formalizar o (s) responsável (is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/22;

j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.



6.2) A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.3 A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA

DO PAGAMENTO

7.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

7.1.1 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.2 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

7.2 O pagamento será efetuado em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da (s) respectiva (s) nota(s) fiscal (is) ou nota (s) fiscal (is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.2.1 No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09.

7.2.2 Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.

7.3 Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia (s) da (s) mesma (s) deverá (ão) acompanhar os demais documentos.

7.4 A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;

b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;

c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;

d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;

f) Os documentos relacionados serão encaminhados para pagamento quando resolvidos todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto contratado.



g) Será pago o serviço de exames efetivamente realizados.

7.4.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.5 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.6 Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.7 A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.4.1, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

7.8 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

7.9 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA

DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

8.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

8.2 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

8.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

8.4 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

8.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

8.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo II do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/22.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.



9.4 O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.5 Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo II, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS PENALIDADES

10.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

10.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

10.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do HSPM;

10.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

10.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

10.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

10.4.1 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do serviço e do fornecimento do insumo, não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.



10.4.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço e do fornecimento do insumo, entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

10.4.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

10.4.4 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

10.4.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

10.4.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

10.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

10.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Superintendência, e protocolizado nos dias úteis, das 09 às 17 horas.

10.6.1 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

10.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

11.1 As partes obrigam-se a cumprir com todo rigor a Lei 13.709/2018 que trata da proteção de dados, jamais os colocando, por seus atos ou por sua omissão, em situação de violação à citada Lei.

11.2 - Os dados tratados pela CONTRATANTE, bem como os tratados pela CONTRATADA, poderão ser comunicados entre si, a fim de cumprir com a execução dos serviços objeto do Contrato anteriormente firmado e para o atendimento médico-hospitalar. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados no Contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, a não ser para (i) cumprimento de obrigação legal ou regulatória (ii) no exercício regular de direito ou (iii) por determinação judicial ou por requisição da ANPD

11.3 Caso as partes considerem que não possuem informações suficientes para o tratamento dos dados ou que uma instrução infringe as leis de proteção de dados, as partes notificarão uma a outra e aguardarão novas instruções em cada caso específico.

11.4 As partes se certificarão que as pessoas autorizadas a tratar os Dados Pessoais e/ou sensíveis dos pacientes da CONTRATANTE assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

11.5 Se os titulares dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais a que as partes tiveram acesso em decorrência do contrato de prestação de serviços, a parte envolvida submeterá esse pedido à apreciação da outra.

11.6 Cada parte não poderá, sem instruções prévias da outra, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou permitir ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras



informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais obtidos em razão do contrato de prestação de serviços a qualquer terceiro, não se inserindo no conceito de terceiro os funcionários, colaboradores e operadores envolvidos e necessários à execução dos serviços objeto do Contrato.

11.7 Os dados tratados para cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços anteriormente firmado, após atingirem sua finalidade, serão eliminados pela CONTRATADA, preservando-se a confidencialidade, sigilo dos dados descartados a terceiros, ou poderão ser conservados exclusivamente para cumprir as finalidades dos incisos I, II e IV do artigo 16 da Lei 13.709/2020.

11.8 A CONTRATADA não poderá transferir os dados obtidos em decorrência do Contrato de Prestação de Serviços, para fora do Brasil, nem terceirizar para uma subcontratada o tratamento dos dados dos pacientes da CONTRATANTE, salvo com expressa autorização prévia por escrito à CONTRATANTE.

11.9 As partes implementarão as medidas técnicas, operacionais e organizacionais apropriadas para proteger e assegurar o correto tratamento dos dados dos pacientes.

11.10 Caso ocorra a violação ou o vazamento dos dados obtidos por meio do contrato de prestação de serviços, a parte correspondente informará a outra acerca do fato, em prazo não superior a 36 (trinta e seis) horas a contar do conhecimento do ocorrido.

11.11 Quando solicitado, as partes fornecerão uma a outra todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações previstas neste instrumento e na Lei 13.709/2018.

11.12 – DAS RESPONSABILIDADES

11.12.1 As partes terão total responsabilidade por qualquer violação de suas obrigações conforme estabelecido no presente Termo Aditivo, notadamente no que diz respeito aos dados obtidos e compartilhados para execução do Contrato de Prestação de Serviços anteriormente firmado.

11.12.2 As partes serão responsáveis pela reparação dos danos causados pelo processamento nos casos em que não cumprir com as obrigações da Lei de Proteção de dados aplicáveis e dirigidos aos processadores ou se ela tiver agido fora ou contrária às instruções ajustadas no Contrato de Prestação de Serviços e respectivos Termos Aditivos firmados.

11.12.3 As partes cumprirão a Lei Geral de Proteção de Dados e demais dispositivos legais sobre proteção de dados, comprometendo-se, por si, por seus diretores e seus prepostos a manter, nos termos da regulamentação aplicável, o absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, materiais e documentos obtidos em razão do contrato firmado, relativamente a seus pacientes, titulares dos dados pessoais, obrigando-se a não compartilhar tais dados, divulgar, vender, comunicar, ceder ou fazer uso de quais quer dessas informações, dados, materiais, e documentos, sob pena de responsabilizar-se na forma da legislação aplicável, sem prejuízo de perdas e danos e outras cominações legais.”

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

12.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4 Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e



peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6 A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7 No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 15.5 do edital.

12.8 Fazem parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob SEI ____ e ____ do processo administrativo nº

12.9 O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal nº 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

12.10 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1 Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, de de 2026.

Hospital do Servidor Público Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome:

RG:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026

PROCESSO : 6210.2026/0002773-0

TIPO : MENOR PREÇO

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de serviço especializado na realização de exames anatomopatológicos em dermatopatologia provenientes de biopsias de pele ambulatorial e procedimentos cirúrgicos em dermatologia, com fornecimento de materiais e insumos.

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

O Serviço será realizado nas dependências da Contratada.

TABELA 1

AMPLA CONCORRÊNCIA						
item	UNIDADE	EXAMES/plantão	DESCRIÇÃO	ESTIMADOS MÊS	ESTIMADOS ANUAL	TEMPO DE LIBERAÇÃO DOS LAUDOS
01	EXAME	Dermatopatologia (biopsia e peça cirúrgica) Biopsia simples de pele e mucosa, punch de pele, fragmento de unha, leito ungueal	Refere-se ao estudo macroscópico e microscópico através do processamento histológico. Amostra única de tecido, de órgão ou lesão com finalidade diagnóstica, incluindo biópsia simples não neoplásica e exérese de tumor de pele em fragmento com menos de 3 cm; acondicionada isoladamente possuindo até 02 fragmentos por frasco. Inclui as colorações especiais e específicas necessárias ao diagnóstico como tricrômico de Masson, PAS, gram, Ziehl Neelsen, fibras elásticas, e outras.	240	2880	7 Dias úteis
02	EXAME	Imunofluorescência em dermatopatologia	Refere-se ao estudo por técnica laboratorial usada para diagnosticar doenças de pele, com depósitos anormais de proteínas, como as imunoglobulinas (IgG, IgA, IgM) e o complemento (C3). A análise, chamada de <u>imunofluorescência direta (IFD)</u> , utiliza anticorpos marcados com corantes fluorescentes.	2	24	7 Dias úteis
03	EXAME	Revisão de lâmina de pele (caso Externo)	Refere-se ao estudo microscópico de exame oriundo de outro laboratório, acompanhado de laudo, lâminas e bloco de parafina	1	12	7 dias úteis



			deste exame.			
--	--	--	--------------	--	--	--

As quantidades de exames indicadas neste Termo de Referência têm caráter estimado com possibilidade de oscilação para menos uma vez que a execução está condicionada à demanda mensal. Os quantitativos apresentados neste Termo são estimativas baseadas em :Tipo de patologia atendida na clínica dermatológica, de neoplasias malignas (câncer) que são diagnosticadas, levantamentos históricos, variações sazonais (como redução de cirurgias em dezembro e janeiro etc.), estimativas da clínica de dermatopatologia, e de acordo com as necessidades da clínica solicitante.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os exames anatomopatológicos em dermatopatologia são realizados através da análise de fragmentos de pele, leito ungueal, fragmento de unha, por meio de biópsias e cirurgias. O estudo desses fragmentos permite análises macro e microscópicas com o objetivo de estabelecer o diagnóstico, avaliar fatores histopatológicos prognósticos e as margens cirúrgicas. O material coletado colocado em solução fixadora (formol) em quantidade adequada. Após a peça permanecer por tempo suficiente na solução fixadora, será analisado em exame macroscópico, o que permite escolher as áreas mais adequadas e representativas. Posteriormente, o fragmento de tecido será processado e incluído em parafina para obtenção dos blocos de parafina. Os blocos de parafina são utilizados para confecção das lâminas histológicas as quais são coradas (com diferentes corantes) , para diferenciar as partes das células (citoplasma e núcleo) e colorações específicas para pesquisa de bactérias (como gram, Ziehl Neelsen para bacilos álcool-ácido resistente - para tuberculose e hanseníase; giemsa para leishmaniose entre outros). A análise microscópica permite detectar possíveis lesões existentes, com a finalidade de informar ao dermatologista/cirurgião a natureza, a gravidade, a extensão, a evolução e a intensidade das lesões, além de sugerir ou até mesmo confirmar a afecção, com um diagnóstico realizado pelo médico dermato-patologista. Para auxiliar, neste diagnóstico, ou mesmo complementar com informações importantes acerca do tratamento ou prognóstico, o médico patologista poderá solicitar exames complementares, como colorações especiais, ou sugerir realização imunohistoquímica, nova amostra para imunofluorescência direta ou exames moleculares entre outros. Por definição, biopsias apresentam menos de 3,0 cm no maior diâmetro e peças cirúrgicas 3,0 cm ou mais.

2.2. A imunofluorescência de pele é uma técnica laboratorial usada para diagnosticar doenças de pele, especialmente as vesicobolhosas, vasculites e doenças do colágeno, onde há depósitos anormais de proteínas, como as imunoglobulinas (IgG, IgA, IgM) e o complemento (C3). A análise, chamada de imunofluorescência direta (IFD), utiliza anticorpos marcados com corantes fluorescentes que se ligam especificamente a esses depósitos no tecido da biópsia, permitindo que sejam visualizados ao microscópio quando expostos a uma fonte de luz. Esta técnica é essencial para confirmar diagnósticos, pois os achados clínicos e histopatológicos podem não ser suficientes. Como funciona a técnica:**1. Coleta da amostra:**O exame requer uma biópsia de pele em um meio de transporte específico, como o Meio de Michel, e não pode ser fixada em formol. **2. Incubação:**O tecido é incubado com anticorpos marcados com fluorocromos (corantes fluorescentes). **3. Visualização:**Os anticorpos se ligam a depósitos anormais de proteínas (antígenos) no tecido. **4. Análise no microscópio:**Quando a amostra é exposta a uma luz, os fluorocromos emitem sua própria luz, revelando o padrão de coloração e o tipo de depósito.

2.3. Indicações:



- 2.3.1. A imunofluorescência de pele é utilizada para diagnosticar e confirmar diversas condições, incluindo: **Doenças vesicobolhosas:** Pênfigo, penfigóide bolhoso, herpes gestacional, epidermólise bolhosa. **Doenças do colágeno:** Lúpus eritematoso (estudo da banda lúpica). **Vasculites:** Como a púrpura de Henoch-Schönlein. É importante **confirma o diagnóstico pois** ajuda a confirmar doenças imunomediadas que não são facilmente diagnosticadas apenas pela histopatologia tradicional. **Ajuda a afastar patologias:** Resultados negativos podem ser usados para descartar certas doenças. **Guia o tratamento:** Fornece informações diagnósticas cruciais que orientam o dermatologista e o tratamento.
- 2.4. O encaminhamento do material para análise anatomopatológica com agilidade e rapidez tem o potencial de abreviar o tempo até o tratamento inicial adequado para o câncer e outras patologias, gerando uma melhor resposta final ao paciente, melhor prognóstico e melhor sobrevida.
- 2.5. Em conformidade com a política nacional para a Prevenção e Controle do Câncer o HSPM, a busca pela melhoria continua dos seus processos, visando à qualidade assistencial para assegurar aos usuários segurança no tratamento clínico e cirúrgico, e atender em conformidade com a Lei nº 13.896/2019, para agilidade no diagnóstico e início de tratamento; no caso em específico, justifica-se a contratação de serviço de empresa para realização dos anatomopatológicos em dermatopatologia, provenientes de procedimentos cirúrgicos (biopsias excisionais, shaving) e biopsias incisional (punch) de pele com fornecimento de frasco de acondicionamento e transporte uma vez que o HSPM não dispõe de estrutura física, equipamentos e pessoas especializadas para a realização dos exames, há mais de 20 anos
- 2.6. Benefícios específicos da Anatomia Patológica:
- Identificação precoce: A análise patológica pode revelar sinais de doenças como o câncer em estágio inicial e assintomático, o que é crucial para o tratamento precoce e a melhoria dos resultados;
 - Apoio na decisão terapêutica: Os resultados dos exames anatomopatológicos fornecem informações essenciais para que os médicos possam escolher o tratamento mais adequado para cada paciente;
 - Resultados detalhados: A análise anatomopatológica fornece relatórios detalhados sobre a natureza e o grau de comprometimento das células e tecidos, o que é importante para a tomada de decisões clínicas;
 - Redução de erros: Ao utilizar exames anatomopatológicos, os médicos têm maior confiança na precisão do diagnóstico, o que reduz a chance de erros e reações adversas;
 - Acesso a profissionais especializados: A contratação de um serviço de Anatomia Patológica deverá garantir acesso a profissionais especializados e experientes, que podem realizar a análise com precisão e rapidez;
 - Custos reduzidos a longo prazo: Embora a contratação de um serviço de Anatomia Patológica possa representar um investimento inicial, a precisão dos diagnósticos e o tratamento adequado podem reduzir custos a longo prazo, evitando complicações e internações desnecessárias.
- 2.7. Critérios de sucesso da Contratação consistem no diagnóstico precoce e tratamento eficaz das patologias, como:
- Classificação e estadiamento: A anatomia patológica auxilia na classificação do tipo de patologia como inflamação, ou ainda câncer e na determinação do estágio da doença, o que é fundamental para planejar o tratamento mais eficaz;
 - Identificação de marcadores na imunofluorescência direta: Através destas técnicas, a anatomia patológica poderá identificar marcadores que auxiliam no diagnóstico e na previsão da resposta ao tratamento;



- Acompanhamento da resposta ao tratamento: A anatomia patológica pode ser utilizada para monitorar a resposta ao tratamento, identificando alterações nos tecidos que indicam o sucesso ou a necessidade de ajuste da terapia;
- Pesquisa e desenvolvimento: A dermatopatologia contribui para a pesquisa em doenças, fornecendo informações valiosas sobre a biologia do câncer e o desenvolvimento de novas terapias, e cosméticos.

2.8. Importância do diagnóstico precoce:

- Melhora as chances de cura;
- O diagnóstico precoce do câncer aumenta significativamente as chances de cura, pois o tratamento pode ser iniciado em um estágio mais inicial, quando a doença é mais fácil de ser controlada;
- Reduz a necessidade de tratamentos agressivos;
- O diagnóstico precoce permite que o tratamento seja menos invasivo, reduzindo os efeitos colaterais e a necessidade de hospitalização;
- Melhora a qualidade de vida;
- O diagnóstico precoce permite que o paciente tenha mais tempo para viver com qualidade, sem sofrer com os efeitos da doença em estágios avançados;

Em resumo, a dermatopatologia é um serviço essencial para o diagnóstico precoce e o tratamento eficaz de diversas patologias, incluindo o câncer. A precisão e a rapidez do diagnóstico e da avaliação anatomopatológica são fundamentais para garantir que o paciente receba o tratamento mais adequado e tenha as melhores chances de recuperação. Assim, a contratação ora proposta se mostra imprescindível para a continuidade e aprimoramento da assistência médica prestada à população do HSPM, em conformidade com o dever constitucional e orgânico do Poder Público Municipal de garantir serviços de saúde com eficiência, integralidade e qualidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1.** Trata-se de contratação de serviço especializado na realização de exames anatomopatológicos em dermatopatologia com fornecimento de materiais e insumos para acondicionamento das amostras e transporte, garantindo um diagnóstico conclusivo para que os usuários tenham um diagnóstico, tratamento, prognóstico e prevenção confiável e com qualidade, conforme descrição, quantitativos e prazos de liberação do laudo na tabela 1 do item 1.
- 3.2.** O encaminhamento do material para análise anatomopatológica com agilidade e rapidez tem o potencial de abreviar o tempo até o tratamento inicial adequado para o câncer e outras patologias, gerando uma melhor resposta final ao paciente, melhor prognóstico e melhor sobrevida.
- 3.3.** Com esta contratação teremos exames de anatomia patológica de pele e outros materiais relacionados a serem analisados como leito ungueal, unha, e imunofluorescência direta de pele conforme solicitação da dermatologia ampliando as possibilidades no atendimento para tratamentos mais direcionados.
- 3.4.** O prazo inicial de vigência da contratação será de 12 meses, podendo ser prorrogável nas hipóteses da lei.

- 3.5.** Dada a importância deste serviço de dermatopatologia, para o diagnóstico, prognóstico e tratamento dos pacientes, é imprescindível que não haja interrupção nos serviços em nenhuma hipótese. Portanto, essa contratação deverá atender a necessidade da continuidade do serviço prestado, incluindo o fornecimento de materiais, insumos.
- 3.6.** Deverá garantir o transporte dos materiais, em caixas térmicas, fornecer recursos humanos devidamente habilitados, recursos materiais, para a perfeita realização dos exames. As amostras deverão ser transportadas em veículo e acondicionadas de forma adequadas às exigências da legislação sanitária (ANVISA) e RESOLUÇÃO de Diretoria Colegiada RDC Nº 504, DE 27 DE MAIO DE 2021 que dispõe sobre as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano;
- 3.7.** Ter responsável técnico:
- Médico patologista (com registro no Conselho de Classe e com Residência médica/especialização) na área técnica da Anatomia Patológica, para **supervisão**, no laboratório da Contratada.
 - Médico com experiência comprovada em dermatopatologia (com registro no Conselho de Classe e Residência médica/especialização em patologia), na área técnica da Anatomia Patológica da Contratada, para acompanhar o exame macroscópico, e para realizar o exame microscópico e laudar;
- 3.8.** A empresa deve seguir os critérios de sustentabilidade conforme legislação vigente.
- 3.9.** Deverão ser emitidos laudos rastreáveis, legíveis e sem rasuras de transcrição, escrito em língua portuguesa, datado e assinado por médico patologista legalmente habilitado; os laudos deverão estar conforme RDC 786/23 do Ministério da Saúde, ou outra que vier a substituir; conforme prazo de liberação de cada exame estabelecido na tabela 1 deste Termo, tempo contado a a partir da retirada do exame no HSPM.

4. REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1.** As amostras deverão ser transportadas em veículo e acondicionadas de forma adequadas às exigências da legislação sanitária (ANVISA) e RESOLUÇÃO de Diretoria Colegiada RDC Nº 504, DE 27 DE MAIO DE 2021 que dispõe sobre as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano;
- 4.2.** Deverão ser emitidos laudos rastreáveis, legíveis e sem rasuras de transcrição, escrito em língua portuguesa, datado e assinado por profissional médico patologista com experiência em dermatopatologia; deverá estar conforme RDC 786/23 do Ministério da Saúde, ou outra que vier a substituir; conforme prazo de liberação de cada exame estabelecido na tabela 1 deste Termo;
- 4.3.** A empresa vencedora deverá retirar amostras de segunda a sexta-feira, em dias úteis no período entre 8 e 15:00 h na Contratante, uma única vez ao dia, na rua Castro Alves, nº 60, 5º andar, secretaria da Dermatologia sala 43, Aclimação; de forma que garanta a viabilidade, conservação e características das mesmas até o destino. Assim como a disponibilização dos laudos no Sistema da Contratada. O transporte de todas as amostras biológicas e todo material utilizado na coleta desses exames serão de responsabilidade da contratada, sem custo adicional ao HSPM.



- 4.4.** Fornecer *link* de seu sistema informatizado e login e senhas individuais e intransferíveis para a secretaria da Dermatologia da Contratante e secretaria da Anatomia Patológica da Contratante para consulta aos laudos
- 4.5.** Realizar treinamentos da fase Pré-Analítica quanto ao acondicionamento das amostras para envio entre outros, sempre que solicitado pela Contratante.
- 4.6.** Fornecer materiais para o armazenamento das peças anatômicas e biópsias destinados a exame anatomopatológico e imunofluorescência de pele: Sacos plásticos; Lacres dos sacos se necessário; Potes para biópsias com formol a 10%, já fracionado nas quantidades condizentes com a demanda citada neste Termo de Referência;
- 4.7.** Realizar os exames anatomopatológicos conforme descrição, quantitativos na tabela 1 do item 1 deste Termo de Referência;
- 4.8.** Praticar melhores técnicas de processamento e padrão de laudo, seguindo orientação macro e microscópica do manual da Sociedade Brasileira de Patologia;
- 4.9.** Deverá constar no laudo anatomopatológico:
- 4.9.1.** Descrições microscópicas e macroscópicas e não somente a descrição do diagnóstico;
- 4.9.2.** Poderá conter comentário do patologista - observação sobre a limitação do diagnóstico anatomopatológico na ausência de informações clínicas relevantes.
- 4.10.** Dados do laudo – exame macroscópico e microscopia dos espécimes examinados
- 4.10.1.** Deverá ser baseado no modelo de laudo do Manual da Sociedade Brasileira de Patologia (SBP)
- 4.11.** Para a nossa demanda, temos a necessidade de manutenção de blocos de parafina por 20 anos, e para lâminas (biópsias/peças cirúrgicas) por 10 anos, para posterior consulta, reanálise ou solicitação de exame complementar, se necessário, ainda que, a Resolução CREMESP nº 377, de 15 de março de 2024, defina: para biópsias e peças cirúrgicas, arquivamento por no mínimo 5 anos em casos de exame negativo e de 10 anos em casos positivos de neoplasia; os exames de citologia devem ter as lâminas guardadas por no mínimo 5 anos em casos de resultado negativo e 20 anos em exames positivos. Os prazos de guarda, de 5 anos para exames negativos e 20 para casos positivos, se baseiam no art. 22, inciso IV, da Portaria MS/GM nº 3.388 de 30 de dezembro de 2013.
- 4.12.** Os laudos por fazerem parte do prontuário médico, devem ser armazenados por 20 anos, conforme Resolução do CFM 1821/2007.
- 4.13.** Deverá devolver os BLOCOS e LÂMINAS em tubete ou porta-lâminas tipo frasco ou caixa adequados para transporte, sempre que solicitado pelo HSPM, no prazo máximo de 7 dias úteis.

4.14. Vistoria

- 4.14.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- 4.14.2.** A vistoria prévia será realizada de 2ª a 6ª feira, no horário das 7:00 h às 16:00 h
- 4.14.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.14.4.** Caso o licitante não realize a vistoria deverá atestar, através de declaração firmada (modelo anexo ao edital) pelo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades de contratação, sob pena de inabilitação.
- 4.14.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.1. Garantia da Contratação: não se aplica.

5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Deverão ser encaminhados para o email, dermatologiahspm@gmail.com/ndichia@terra.com.br, 05 dias após assinatura do contrato:

5.1.1. Comprovação de capacitação técnico profissional, através de CURRICULO com comprovação de experiência em pelo menos 2 anos em dermatopatologia que será apreciado por assistentes pós-graduados da clínica de Dermatologia da Contratantes.

5.2. Prazo para início da prestação de serviço, será 5 dias úteis após a assinatura do contrato.

5.3. Deverá fornecer POP/manual impresso de procedimentos de coleta para os exames contratados, constando tipo de recipientes, volumes necessários, preparo pré-analítico, e toda logística de execução do exame;

5.4. Deverá disponibilizar seu sistema informatizado para consulta e rastreamento do status do exame para a Contratante;

5.5. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto e prestar assistência no surgimento de eventuais dúvidas e questionamentos.

5.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução da presente contratação;

5.7. Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE na entrega do objeto;



- 5.8. Responder por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, por seu empregado ou preposto;
- 5.9. Manter todas as condições de habilitação aferidas no processo de contratação durante a vigência do contrato;
- 5.10. Responsabilizar-se por eventuais omissões e erros técnicos praticados por seus prepostos e colaboradores envolvidos nos serviços, tomando as providências necessárias para o fiel cumprimento do contrato;
- 5.11. Responsável pela retirada e transporte dos materiais biológico diariamente feito por pessoa capacitada em reconhecer, conferir e assinar a listagem de exames do dia (malote), e se responsabilizando pela entrega ao laboratório.
- 5.12. As cópias de laudos realizados pela CONTRATADA, bem como blocos de parafina, e lâminas dos anatomopatológicos ficarão sob responsabilidade da mesma e deverão ser arquivados nas dependências da CONTRATADA, de acordo com o estabelecido pelo Conselho Federal de Medicina.
- 5.13. Em casos excepcionais, onde haja necessidade de maior prazo para liberação do laudo, a CONTRATADA deverá comunicar em até 03 (três) dias úteis o atraso ao responsável pela Seção de Anatomia Patológica da Contratante.
- 5.14. Realizar reuniões presenciais anátomo-clínicas (a cada 15 dias) e esclarecimentos de dúvidas. A Contratada deverá enviar um médico PRESENCIALMENTE para participar da reunião de Anátomo Clínica, realizada nas dependências do Departamento de Dermatologia da Contratante. Esta reunião deverá ser preparada pela Contratada de acordo com orientações do chefe da clínica de Dermatologia da Contratante. Quando solicitada reunião referentes aos laudos, com os dermatologistas do HSPM, esta última poderá ser remota.
- 5.15. Os exames de revisão de lâminas só poderão ser cobrados, se blocos e lâminas não forem do laboratório CONTRATADO (exame externo).
- 5.16. Os exames de revisão de lâminas da Contratada só poderão ser pagos se na revisão o laudo se mantiver o mesmo. Caso haja discrepância, não será pago.
- 5.17. Revisões de exames laudados pela Contratada deverão ser feitas com número distinto do exame original com o prazo de até 07 dias para liberação, necessitando prioridade, e se necessário, poderá ser pedido prorrogação do prazo.
- 5.18. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução;
- 5.19. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;
- 5.20. Todos os materiais biológicos que sobraem na Contratada deverão ser armazenados por no mínimo 15 dias úteis, para posterior conferência quando necessário.



5.21. A Contratante deverá entregar os laudos com foto de lâminas de microscopia em papel fotográfico com resolução de 300 dpi. Quando solicitado poderá entregar foto digital em aumento compatível com o diagnóstico, sem ônus à Contratante.

5.21. As colorações específicas como pesquisa de bacilo álcool-ácido resistente ou pesquisa de bacilo de Hansen pelo Ziehl Neelsen, pesquisa de fungos por Grogott ou PAS, pesquisa de bactérias por Gram, fibras elásticas (Verhoeff), reticulina, tricrômico de Masson e outras colorações, quando necessário, devem ser realizadas a pedido do dermatologista, em acordo com a hipótese diagnóstica ou devido aos achados da microscopia, e sem ônus adicional para a contratante.

5.22. Ao serem entregues, os exames devem estar envelopados, selados e identificados com o número do registro hospitalar, data da entrada do material, data do laudo e identificação da clínica solicitante.

5.23. A Contratada deve fornecer 01 (uma) lâmina histológica na coloração H&E e as Lâminas de coloração específica quando estas fornecerem diagnóstico, dos casos de interesse solicitados previamente e enviado à Contratante, dentro do custo do exame, sem ônus adicional para ao HSPM.

5.24. É vedado à Contratada recusar a receber os exames devidamente encaminhados pela Contratante.

5.25. Possuir CRM ativo com especialização em Patologia.

5.26. Ter obrigatória e presencialmente no laboratório da Contratada, responsável técnico médico patologista (com registro no Conselho de Classe e com Residência médica/especialização em patologia) e médico patologista com experiência na área de dermatopatologia, para supervisão do exame de macroscopia, realização da microscopia e laudar.

6.0 DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1. A clínica de dermatologia, Departamento de Apoio Clínico juntamente com Seção da Anatomia patológica do HSPM serão responsáveis pelo controle e fiscalização referentes ao encaminhamento dos exames, bem como pelas demais fases de execução do contrato.

6.2. Realizar diariamente, protocolo constando nome dos pacientes e materiais juntamente com o material acondicionado, para ser retirado pela Contratada.

6.3. Serão glosadas as cobranças de exames realizados que não tiver solicitação médica, assinadas e carimbadas, pertencentes à CONTRATANTE.

6.4. A CONTRATANTE poderá vistoriar as instalações e equipamentos da Contratada a fim de verificar se atendem às exigências legais e a este edital.



- 6.5.** Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a sua execução;
- 6.6.** Indicar o gestor, fiscais técnicos e administrativos para acompanhamento da execução contratual;
- 6.7.** Relacionar-se com a CONTRATADA através de pessoa por ela credenciada (preposto);
- 6.8.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.9.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 6.10.** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 6.11.** Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os profissionais da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1.** A Contratada deverá fornecer Manual Técnico e Procedimento Operacional Padrão (POP) do que for pertinente ao Contratado;
- 7.2.** A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelo transporte dos materiais biológicos dos pontos de coleta ao local de realização das análises e a verificação das condições de embalagem e identificação das peças para transporte, devendo ser imediatamente notificado ao setor qualquer irregularidade;
- 7.3.** A CONTRATADA deverá prestar os serviços de acordo com as normas de qualidade expedidas pela Vigilância Sanitária, em especial: RDC nº 978/25, RDC nº 11 de 16 de fevereiro de 2012, RDC nº 20, de 10 de abril de 2014, RDC nº 30 de 24 de julho de 2015, RDC 504/2021 transporte de material biológico ou aquelas que vierem a substituí-las nos termos da legislação vigente, observando sempre critérios de eficiência, eficácia e efetividade, manual de Vigilância sobre o transporte de material biológico humano para fins de diagnóstico clínico – ANVISA/2015 ou outro que vier o substituir;

7.4. DA RETIRADA DAS AMOSTRAS

As amostras biológicas deverão ser retiradas no seguinte local:



HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL–Clínica de Dermatopatologia - sito a Rua Castro Alves, 60, 5º andar, sala 43 – Secretaria da Dermatologia - Aclimação, CEP: 01533-000 - São Paulo/SP. As amostras deverão ser retiradas de segunda a sexta-feira, em dias úteis no período das 8 às 15h, uma vez ao dia.

7.5.DA ENTREGA DOS INSUMOS:

- A empresa CONTRATADA fará a entrega dos recipientes e demais insumos mensalmente ou quando solicitado.
- Os materiais deverão ser entregues no seguinte local:

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL- clinica de dermatologia
Rua Castro Alves, 60, 5º andar, sala 43 – Secretaria da Dermatologia - Aclimação, CEP: 01533-000 - São Paulo/SP. Os insumos deverão ser entregues, em dias úteis no período das 8 às 15h. Telefone: (11) 3397-8105 (secretaria da dermatologia).

7.6.PRAZOS PARA ENTREGA DOS LAUDOS EM SISTEMA ON-LINE

Considerar tempo de liberação do laudo (conforme estipulados na tabela 1 deste termo), o intervalo entre a data de retirada do material na Contratante e a data de liberação do laudo.

- 7.7. ACESSO AOS LAUDOS VIA SISTEMA ON-LINE:** deverá ser disponibilizado acesso direto aos laudos (consulta) via sistema eletrônico, através de *link* com login e senha individuais e intransferíveis confeccionados pela vencedora, para as secretarias da Dermatologia e Anatomia Patológica, devendo ser de obrigação da CONTRATADA fazer estes cadastros de acesso, mediante Termo de Consentimento, se necessários.

- 7.8.** Não haverá integração dos sistemas da Contratante com o da Contratada.

- 7.9. PRAZO DE DEVOLUÇÃO DE BLOCOS E LÂMINAS, QUANDO SOLICITADO PELA CONTRATANTE:** A Contratada deverá devolver os BLOCOS e LÂMINAS em tubete ou porta-lâminas tipo frasco ou caixa adequados para transporte, sempre que solicitado pela Contratante, no prazo máximo de 7 dias úteis

- 7.10. GERENCIAMENTO DE RISCO E GESTÃO DE QUALIDADE:** Disponibilizar um canal de comunicação por exemplo via WhatsApp para que os médicos da Contratante possam relatar dúvidas referentes aos laudos e receber esclarecimentos técnicos no prazo de 2 dias úteis para eventos de menor complexidade;

7.10. Na possibilidade de execução do exame com processamento da amostra, porém com conclusão diagnóstica insatisfatória como “não conclusivo” ou “material insuficiente para melhor conclusão diagnóstica”, o exame poderá ser cobrado.

7.11. DESCRIÇÃO DOS LAUDOS

- Devem constar as descrições microscópicas e macroscópicas e não somente a descrição do diagnóstico nos laudos de anatomopatológicos;
- É obrigatório informar todas as metodologias utilizadas na execução dos exames.



8. OUTROS REQUISITOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Documentos a serem apresentados em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato ao Setor de Anatomia Patológica da Contratante:

- 8.1. Deverá apresentar Certificações de Qualidade, quando houver;
- 8.2. Manual de Boas Práticas abordando a fase pré-analítica.
- 8.3. Todos os Procedimentos Operacionais Padrão – POPS referentes aos itens contratados.
- 8.4. Rotinas de fiscalização contratual
 - 8.3.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
 - 8.3.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da entrega, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 8.3.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
 - 8.3.4. A execução da entrega será acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscais de Contratos nomeados através de Portaria da CONTRATANTE.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO)

9.1. O HSPM efetuará a fiscalização de forma direta, durante a realização dos serviços contratados, podendo requerer à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do andamento do contrato, devendo esta prestar os esclarecimentos necessários e comunicar ao HSPM quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato.

9.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos fiscais o direito de verificar e exigir a perfeita execução do contrato em todos os seus termos e condições.

9.2. A ação ou omissão total ou parcial dos Órgãos Fiscalizadores não eximirá a Contratada de total responsabilidade de executar o contrato, com toda a cautela e boa técnica.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL ANUAL** e atender todos os critérios definidos no certame licitatório;

- 10.2.** Para a **fase de Habilitação (qualificação técnica)** deverá apresentar:
- 10.2.1.** **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove a sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em característica com o objeto da licitação. Deverá constar no atestado:
- 10.2.1.1.** Local da prestação dos serviços.
- 10.2.1.2.** Natureza da prestação dos serviços.
- 10.2.2.** **Alvará Sanitário**, podendo ser entregue protocolo em caso do Alvará Sanitário vencido, desde que a empresa tenha solicitado a sua renovação no prazo legal e antes da entrega das propostas.
- 10.2.3.** Possuir inscrição no **Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES)**.
- 10.2.4.** Indicar médico com Título de Especialista em Anatomia Patológica, e detentor de **Registro de Qualificação de Especialista (RQE)** junto ao Conselho de Medicina.
- 10.2.5.** Apresentar Certificado de Registro de **pessoa Jurídica e Responsável Técnico perante o CRM - Conselho Regional de Medicina** nos termos da Lei 6839/80.
- 10.3.** A **proposta deverá conter:**
- 10.3.1.** Preço unitário, mensal e anual, de cada exame, considerando os quantitativos estimados, conforme Tabela 1 do item 1 deste Termo de Referência;

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado será obtido através de pesquisa de preço elaborada pela área competente, que constará do processo administrativo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Os recursos orçamentários, destinados à cobertura das despesas decorrentes da contratação, constarão da reserva orçamentária, emitida pela área competente, que será juntada ao processo administrativo.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

13.1. Da Liquidação

Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresente os elementos necessários e essenciais do documento;

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE;

13.2. Do prazo e forma de pagamento

- 13.2.1.** Será pago o serviço efetivamente realizado em 30 (trinta) dias, após entrega da Nota Fiscal, exclusivamente por crédito na conta corrente do credor mantida no Banco do Brasil SA.



- 13.2.2.** Para efeito de conferência será necessário que a CONTRATADA envie os documentos relacionados abaixo no início do mês subsequente à execução do serviço prestado.
- 13.2.3.** Relação dos procedimentos realizados com nome completo do paciente e registro hospitalar e tipo de procedimento conforme tabela 1 do item 1 deste Termo de Referência
- 13.2.4.** Nota fiscal só deverá ser emitida pela Contratada, após conferência e certificação dos valores e quantitativos dos exames realizados.
- 13.2.5.** Certidão Regularidade do FGTS
- 13.2.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- 13.2.7.** Certidão Negativa de Débitos Tributários
- 13.3.** Será efetuado pagamento por exame, somente quando estiver na fatura mensal os exames que, na data de seu fechamento, tiverem resultados disponíveis para consulta; os exames não laudados até o fechamento da fatura deverão fazer parte da fatura do mês seguinte;
- 13.4.** A cobrança financeira dos exames está baseada na tabela 1 do item 1 desta TR.
- 13.5.** Não serão aceitas utilização de outras definições ou especificações de exame e procedimento para cobrança baseados em outra tipo de tabela tais como protocolo estabelecido entre CBHPM e Sociedade Brasileira de Patologia (SBP), AMB entre outras.
- 13.6.** As cobranças serão realizadas por preço único por frasco de amostra de exame anatomopatológico
- 13.7.** Esta cobrança terá por preço único por frasco de amostra independente de: do tamanho da amostra (biopsia se menos de 3 cm ou peça se 3 cm ou mais), do número de fragmentos por frasco (1, 2 ou mais fragmentos, ou múltiplos fragmentos enviados em frasco único) conforme a tabela 1, independentemente do tamanho dos fragmentos, da complexidade do exame, da necessidade de mais cortes ou recortes para diagnóstico, independente da dificuldade de processamento da amostra, independente da necessidade de descalcificação ou método de processamento de tecido ungueal, independentemente do número de margens cirúrgicas a serem avaliadas, preço único independentemente do número de blocos ou lâminas por frasco de exame, independentemente do número de colorações, independentemente do tipo de patologia/ doença (incluindo processo inflamatório, neoplasias, câncer e melanoma).
- 13.8.** As amostras enviadas em cada frasco não podem ser subdivididas para efeito de aumentar a cobrança financeira da amostra. Não será aceito cobrança do valor de mais de 1 biopsia por frasco independentemente do número de diagnósticos histopatológicos por amostra.

14. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Não há parcelamentos, visto tratar-se de exames realizados no mesmo material biológico que é a pele, não sendo possível o desmembramento da pele para 2 empresas distintas. Deverá ser o vencedor a empresa que apresentar menor preço global anual.

15. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS

Vedada a participação de empresas em consórcio na licitação, considerando:

- a) Trata-se de serviço comum oferecido no mercado;
- b) O cumprimento aos requisitos do edital não depende de atuação de diversas empresas;



- c) Essa regra não trará prejuízos à competitividade do procedimento licitatório, visto que o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas individuais não teriam condições de atender os requisitos do edital;
- d) É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. A hipótese de que a vedação compromete diretamente a competitividade e a economicidade do certame não se aplica a este processo, visto ter empresas no mercado que sozinhas podem executar o objeto;
- f) Do ponto de vista jurídico, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite que a Administração Pública restrinja ou proíba consórcios em licitações, com base em critérios técnicos e administrativos. Essa discriminação encontra respaldo nos princípios de eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto licitado, justificando-se em razão da necessidade de especialização técnica direta da Contratada com experiência em dermatopatologia comprovada conforme item 5.1.1 deste Termo.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026
PROCESSO : 6210.2026/0002773-0
TIPO : MENOR PREÇO
OBJETO : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS EM DERMATOPATOLOGIA PROVENIENTES DE BIOPSIAS DE PELE AMBULATORIAL E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM DERMATOLOGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.
ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS
Fls. 01/02

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na....., nº....., telefone/fax nºs....., e-mail....., propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

AMPLA CONCORRÊNCIA									
ITEM	UNIDADE	EXAMES /plantão	DESCRIÇÃO	ESTIMADOS MÊS	ESTIMADOS ANUAL	TEMPO DE LIBERAÇÃO DOS LAUDOS	Preço Unitário (com no máximo 4 casas decimais)	Preço total Mensal (com no máximo 2 casas decimais)	Preço total Anual (com no máximo 2 casas decimais)
01	EXAME	Dermatopatologia (biopsia e peça cirúrgica) Biopsia simples de pele e mucosa, punch de pele, fragmento de unha, leito ungueal	Refere-se ao estudo macroscópico e microscópico através do processamento histológico. Amostra única de tecido, de órgão ou lesão com finalidade diagnóstica, incluindo biópsia simples não neoplásica e exérese de tumor de pele em fragmento com menos de 3 cm; acondicionada isoladamente possuindo até 02 fragmentos por frasco. Inclui as colorações especiais e específicas necessárias ao diagnóstico como tricrômico de masson, PAS, gram, ZiehlNeelsen, fibras elásticas, e outras	240	2880	7 Dias úteis	R\$	R\$	R\$
02	EXAME	Imunofluorescência em dermatopatologia	Refere-se ao estudo por técnica laboratorial usada para diagnosticar doenças de pele, com depósitos anormais de proteínas, como as imunoglobulinas (IgG, IgA, IgM) e o complemento (C3). A análise, chamada de <u>imunofluorescência direta (IFD)</u> , utiliza anticorpos marcados com corantes fluorescentes.	2	24	7 Dias úteis	R\$	R\$	R\$
03	EXAME	Revisão de lâmina de pele (caso Externo)	Refere-se ao estudo microscópico de exame oriundo de outro laboratório, acompanhado de laudo, lâminas e bloco de parafina deste exame.	1	12	7 dias úteis	R\$	R\$	R\$
Preço Global (Somatório dos preços totais)								R\$	R\$

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- A proponente obriga-se a cumprir o prazo de entrega previsto no edital.
- O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, em nome do credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 publicado no D.O.C. do dia 23 de Janeiro de 2010.

AGÊNCIA BANCO DO BRASIL Nº -


CONTA CORRENTE Nº -

São Paulo, ____ de _____ de 2026

(Nome e assinatura do representante legal)

RG:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90196/2026
PROCESSO: 6210.2026/0002773-0

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 02/02

DAS DECLARAÇÕES:

- 01.** Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
- 02.** Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 03.** Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo II do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

DA VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de de 20...

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026

PROCESSO : 6210.2026/0002773-0

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DIAGNÓSTICO AUTOMATIZADO DE PARASITOS INTESTINAIS (DAPI) COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de _____ de 20...

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026

PROCESSO : 6210.2026/0002773-0

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DIAGNÓSTICO AUTOMATIZADO DE PARASITOS INTESTINAIS (DAPI) COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO V

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de _____ de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador).



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026

PROCESSO : 6210.2026/0002773-0

TIPO : MENOR PREÇO

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DIAGNÓSTICO AUTOMATIZADO DE PARASITOS INTESTINAIS (DAPI) COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.

ANEXO VI

CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

(BALANÇO PATRIMONIAL)

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

liquidez corrente – índice maior ou igual a 1,00

liquidez geral – índice maior ou igual a 1,00

solvência geral - índice maior ou igual a 1,00

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

Índice de Liquidez Geral (LG): $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$

Índice de Liquidez Corrente (LC): $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \dots$

Índice de Solvência Geral (ISG): $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq \dots$



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026**PROCESSO : 6210.2026/0002773-0****TIPO : MENOR PREÇO****OBJETO : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS EM DERMATOPATOLOGIA PROVENIENTES DE BIOPSIAS DE PELE AMBULATORIAL E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM DERMATOLOGIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.****ANEXO VII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

DECLARAMOS que o (a) Sr (a) _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ representante da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, compareceu ao Hospital do Servidor Público Municipal e realizou VISTORIA TÉCNICA, nos termos deste Edital, verificando e tomando pleno conhecimento de todas as peculiaridades, características e condições para a execução do objeto do presente Pregão Eletrônico, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento da futura contratação.

VISITA TÉCNICA ACOMPANHADA POR:

Nome do Servidor: _____

R.F. nº: _____

Setor: _____

São Paulo, _____ de _____ de 2026.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90196/2026**PROCESSO : 6210.2026/0002773-0****TIPO : MENOR PREÇO****OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA DIAGNÓSTICO AUTOMATIZADO DE PARASITOS INTESTINAIS (DAPI) COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO ANEXO II DO EDITAL.****ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES PARA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS****AO****HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

Eu, _____, representante da empresa
_____, inscrita no CNPJ sob o
nº _____ DECLARO, para os devidos fins, ter conhecimento pleno
quanto às condições do Edital para a prestação dos serviços/objeto do presente Pregão Eletrônico
nº...../2026, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos
em virtude da não verificação das condições do local de execução do objeto do certame

São Paulo, ____de ____de 2026.

Nome do responsável técnico ou representante legal

CPF nº: _____

RG nº: _____

